

**Associação Desportiva AIKIKAI de PORTUGAL**

**“AKP”**

**ESTATUTOS**

**CAPÍTULO PRIMEIRO**

**DA CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**Artigo Primeiro**

----- 1. A Associação actuará sob a denominação de “Associação Desportiva Aikikai de Portugal”, visando promover e defender a prática do Aikido em Portugal, dentro do mais rigoroso espírito do Budo, reconhecendo como Aikido, aquele criado por “O Sensei Morihei Ueshiba”, e difundido por Zaidan Hojin Aikikai – Tóquio, Sede Mundial e Dôjo mãe do Aikido, reconhecido pelo governo japonês em vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, em virtude da sua lei. -----

----- 2. Esta Associação é constituída por todos os indivíduos, que sem distinção de opiniões políticas, filosóficas, religiosas, de qualquer profissão e condição social pratiquem Aikido. Entende-se que os associados prosseguem a busca desse clima espiritual, pela prática desinteressada, não exibicionista, não lucrativa, mas sim aplicada, perfeccionista, colectiva e solidária do Aikido. -----

----- 3. A Associação é independente do Estado, de partidos, formações e agrupamentos políticos, filosóficos, religiosos, desportivos e profissionais. -----

**Artigo segundo**

-----A Associação, que adopta a sigla “AKP”, tem a sua sede Rua Professor Mira Fernandes, Lote 2, 4º Dto, Lisboa, e constitui-se por tempo indeterminado. -----

**Artigo Terceiro**

----- Especialmente tem por fins: -----

a) Divulgar a prática do Aikido em Portugal; -----

- b) Promover a defesa dos interesses desta arte marcial, perante todos os organismos e instituições; -----
- c) Pugnar pela prática correcta do Aikido; -----
- d) Incentivar o ensinamento, a aprendizagem e a sua divulgação através de estágios, demonstrações, a serem efectuados por professores credenciados; -----
- e) Propiciar e colaborar na abertura de dôjos, para os fins constantes da alínea d);
- f) Estudar os ensinamentos do seu fundador Morihei Ueshiba, e dos grandes professores seus continuadores, divulgando esse conhecimento; e -----
- g) Pronunciar-se sobre todas as questões atinentes à prática do Aikido em Portugal.

#### Artigo Quarto

----- 1. Para alcançar esses objectivos a “AKP”, utilizará os meios legais e legítimos que, a cada momento, sejam julgados os mais convenientes. -----

----- 2. Constituem receitas da Associação: -----

- a) - A jóia da inscrição; -----
- b) - A quota anual de associado; -----
- c) - As receitas provenientes de estágios, prática, eventos, graduações, diplomas, cartões, cadernetas, multas, e custas de processos disciplinares; e -----
- d) - Subsídios ou donativos que lhe sejam atribuídos. -----

#### Artigo Quinto

----- A “AKP”, adopta como holicismos os termos japoneses seguintes: -----

----- a) AIKIDO: Arte marcial japonesa, que utiliza a esquiva e o controlo como um método para harmonizar a energia do adversário, em proveito de quem executa a técnica de Aikido. AI significa: Harmonia; KI significa: Energia; DO significa: Método.

----- b) AIKIKAI: Dôjo – Sede Mundial de Aikido, que difunde os ensinamentos do seu Fundador. -----

----- c) AIKIDOKA: Praticante de Aikido. -----

----- d) Dôjo: local onde se pratica Aikido. -----

### **Artigo Sexto**

-----A “AKP” pode promover o intercâmbio cultural, com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, mantendo com as mesmas relações de cooperação e amizade. Poderá ainda filiar-se em organizações ou federações de associações similares, nacionais ou estrangeiras por deliberação da Assembleia Geral, mantendo a sua autonomia e independência. -----

### **Artigo Sétimo**

----- Para assegurar a plena independência e eficiência da sua actuação é vedada:

- a) - A acumulação de funções directivas na “AKP”, com funções directivas nas organizações referidas no n.º 3 do artigo 1º, e -----
- b) - A utilização por qualquer Aikidoca, dessa qualidade, em actos eleitorais estranhos à “AKP”. -----

### **Artigo Oitavo**

-----A “AKP”, para persecução dos seus fins, poderá editar qualquer publicação, periódica ou não, ou livros relativos à sua actividade, e organizar biblioteca, cinemateca, ou videoteca sobre o Aikido. -----

### **Artigo Nono**

-----A “AKP”, pode instalar a sua sede e filiais em edifícios próprios, alugados ou cedidos, e ser proprietária, nos termos das disposições legais, de quaisquer bens. -----

## **CAPÍTULO SEGUNDO**

### **DOS ASSOCIADOS**

### **Artigo Décimo**

----- Existem três categorias de associados: -----

-----1. Associados efectivos – são as pessoas singulares ou colectivas, que tendo sido admitidas nessa qualidade paguem quota e que promovam o Aikido – Aikikai na linha de orientação prevista no artigo 1º. -----

-----2. Associados praticantes – são as pessoas singulares que praticam Aikido – Aikikai na linha de orientação prevista no artigo 1º. -----

-----3. Associados honorários – são as pessoas singulares ou colectivas, que por motivos honorários, forem dignos dessa distinção e que não pagam quota. -----

-----4. Perdem a qualidade de associados: -----

a) - Aqueles que deixarem de pagar a quotas, apesar de notificado para o efeito com a antecedência de 30 dias; -----

b) - Os associados praticantes também perdem essa qualidade no caso de não renovarem a sua inscrição no início de cada época, ou não realizarem a prova, no mês de Janeiro de cada ano, da sua inscrição nessa qualidade e relativa a esse mesmo ano, e -----

c) - Aqueles que nesse sentido manifestarem por escrito essa vontade ao Presidente da Direcção. -----

#### **Artigo Décimo Primeiro**

-----Podem ser admitidos como associados as pessoas que aceitem cumprir o preceituado nestes estatutos, sendo a sua admissão da competência da Direcção, quanto aos associados efectivos e associados praticantes, ou da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, quanto aos associados honorários. -----

#### **Artigo Décimo Segundo**

-----São deveres dos associados: -----

a) - Cumprir e fazer cumprir o disposto nos estatutos e regulamentos que vierem a ser elaborados; -----

b) - Acatar e fazer acatar as deliberações e decisões dos corpos gerentes da Associação, democraticamente tomadas; -----

- c) - Participar na vida da Associação, por todos os meios e em todas as circunstâncias; -----
- d) - Pagar anualmente a quota estipulada; -----
- e) - Exercer gratuitamente qualquer cargo para que seja eleito ou designado; -----
- f) -- Participar pessoalmente nas reuniões de Assembleia Geral. -----

### Artigo Décimo Terceiro

----- São direitos dos associados: -----

- a) - Participar em todas as actividades da “AKP”, nos termos estatutários e regulamentares vigentes; -----
- b) - Receber o cartão de associado, e um exemplar dos estatutos, nos trinta dias subsequentes à sua inscrição; -----
- c) - Ser informado das actividades existentes; -----
- d) - Participar e intervir nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos do artigo 27.º; -----
- e) - Requerer com outros associados, a convocação extraordinária da Assembleia Geral nos termos do artigo 29.º, alínea b); -----
- f) -- Aceder à consulta dos documentos da Associação nos termos da lei ou regulamento; e -----
- g) - Exigir que a Direcção e/ ou a Mesa da Assembleia Geral, lhe comuniquem por escrito, e por forma fundamentada, as sanções disciplinares que lhe tenham sido aplicadas. -----

### Artigo Décimo Quarto

----- Na altura da sua admissão, os associados pagarão a quota do ano em curso, cujo montante será fixado por deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria simples. -----

**CAPÍTULO TERCEIRO**  
**DO REGIME DISCIPLINAR**

**Artigo Décimo Quinto**

-----As penas disciplinares são as seguintes: -----

- a) - Advertência; -----
- b) - Repreensão; -----
- c) - Suspensão, e -----
- d) - Demissão. -----

**Artigo Décimo Sexto**

-----1. A competência para aplicação de penas disciplinares compete à Direcção, salvo a pena de demissão, que é da competência da Assembleia Geral. -----

-----2. Nenhum associado pode ser punido sem prévia instauração de processo disciplinar, que assegure ao associado todas as garantias de defesa. -----

-----3. Conhecida qualquer infracção pela Direcção, será anunciada a mesma ao associado, por escrito registado, acompanhada de todos os elementos relativos à mesma e comprovativos da acusação feita; o associado, que terá um prazo nunca inferior a dez dias úteis para apresentar a sua defesa, deverá fazê-lo por escrito registado, indicando todos os meios de prova que considere pertinentes. -----

-----4. Das penas disciplinares aplicadas pela Direcção cabe sempre recurso para a Assembleia Geral, cujo modo de interposição e tramitação será objecto de regulamento disciplinar. -----

**Artigo Décimo Sétimo**

-----As penas disciplinares terão que ser, obrigatoriamente, adequadas à gravidade das infracções praticadas, situações de reincidência e/ou sucessão dos factos puníveis, devendo o regulamento disciplinar, a aprovar, regulamentar tipificadamente tal matéria. -----

**CAPÍTULO QUARTO**  
**DOS CORPOS GERENTES**

**Artigo Décimo Oitavo**

-----São órgãos da “AKP”, a Direcção, a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal.

**SECÇÃO PRIMEIRA**

**DA DIRECÇÃO**

**Artigo Décimo Nono**

-----A Direcção é composta por cinco membros efectivos e dois suplentes, eleitos por dois anos, por voto secreto e sufrágio universal e directo dos associados, e são: o Presidente, o Vice-Presidente Técnico, o Vice – Presidente Administrativo, o Tesoureiro, e um Vogal. -----

§ É permitida a eleição por mandatos sucessivos. -----

**Artigo Vigésimo**

-----1. A Direcção reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Presidente da Direcção ou três dos seus membros o julgarem conveniente e assim o requeiram. -----

-----2. A Direcção só poderá reunir estando presente a maioria dos seus membros, incluindo Presidente da Direcção, sendo as suas deliberações tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

-----3. Os procedimentos e formalidades relativas às reuniões de Direcção serão objecto de regulamento próprio a aprovar. -----

-----4. A movimentação de verbas, depende da assinatura do Presidente da Direcção e do tesoureiro. -----

-----5. Toda a correspondência emanada da Direcção, será obrigatoriamente assinada por dois membros da Direcção, sendo obrigatoriamente o Presidente da Direcção ou o seu substituto. -----

### **Artigo Vigésimo Primeiro**

----- Compete à Direcção, especialmente: -----

- a) - Representar a “AKP” perante todas as entidades; -----
- b) - Exercer a função executiva da “AKP”; -----
- c) - Cumprir e fazer cumprir os estatutos, os regulamentos, as deliberações da Assembleia Geral e as determinações de entidades oficiais relativas à “AKP”;
- d) - Elaborar regulamentos; -----
- e) - Admitir, propor a exclusão e a readmissão de associados, nos termos do regulamento respectivo; -----
- f) -- Administrar todos os bens da “AKP”; -----
- g) - Tomar todas as iniciativas e resoluções com vista ao cumprimento dos objectivos estatutários; -----
- h) - Aplicar todas as sanções disciplinares, com excepção de pena de demissão; e
- i) -- Convocar a Assembleia Geral nos termos previstos na Lei e nos presentes estatutos. -----

### **Artigo Vigésimo Segundo**

----- Compete especialmente ao Presidente da Direcção: -----

- a) - Dirigir, coordenar e supervisionar toda a actuação dos membros da Direcção;
- b) - Convocar as reuniões de Direcção e dirigi-las nos termos regulamentares;
- c) - Propor a suspensão imediata de qualquer membro da direcção, acusado de falta disciplinar; e -----
- d) - Representar por inerência do cargo, a Direcção. -----

### **Artigo Vigésimo Terceiro**

----- Compete especialmente ao Vice-Presidente Administrativo: -----

----- Coadjuvar o Presidente nas competências que lhe cabem em relação aos serviços de natureza administrativa e substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos. -----



#### **Artigo Vigésimo Quarto**

----- Compete especialmente ao Vice-Presidente Técnico: -----  
----- Coadjuvar o Presidente e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos, mantendo a Direcção informada da acção do Conselho Técnico a que preside, por inerência do cargo. -----

#### **Artigo Vigésimo Quinto**

----- Compete ao Tesoureiro: -----  
----- Guardar os fundos, recolher as receitas, proceder ao pagamento das despesas, mantendo à sua guarda os livros respectivos, facultar os documentos e contas ao Conselho Fiscal, devendo ainda manter a Direcção informada, em cada momento, da situação financeira e económica da “AKP”. -----

#### **Artigo Vigésimo Sexto**

----- Compete ao Vogal: -----  
----- Coadjuvar qualquer membro da Direcção nas tarefas para que seja especificamente destacado. -----

### **SECÇÃO SEGUNDA**

#### **DA ASSEMBLEIA GERAL E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Artigo Vigésimo Sétimo**

- 1. A Assembleia Geral compõe-se de todos os associados, e as deliberações obrigam a “AKP”. -----
- 2. Todos os associados podem participar, intervir e apresentar propostas de deliberação em Assembleia Geral. -----
- 3. Podem usar do direito de voto apenas os associados com a qualidade de:
- a) - Efectivos, e que tenham em dia o pagamento da jóia e quotas, até ao dia útil de imediatamente anterior à data em que exercerem aquele direito; -----

b) - Honorários, enquanto se mantiverem na qualidade de membro dos corpos gerentes, ou em exercício de cargo em departamento da Associação. -----

----- 4. O voto é exercido pessoalmente. -----

----- 5. A Assembleia Geral é convocada por publicação do respectivo aviso nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais pelo menos com uma antecedência mínima de oito dias. -----

#### **Artigo Vigésimo Oitavo**

----- A Assembleia Geral reúne ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano para: -----

a) - Discutir e votar os relatórios e contas da gerência do ano anterior; -----

b) - Discutir e votar o orçamento para o ano económico seguinte; -----

c) - Eleger os corpos gerentes, bianualmente, e -----

d) - Deliberar sobre quaisquer outros assuntos. -----

#### **Artigo Vigésimo Nono**

----- Extraordinariamente, reúne por: -----

a) - Por convocação da Direcção; -----

b) - Por convocação a pedido do Concelho Fiscal, para decidir sobre os assuntos da ordem de trabalhos constantes do requerimento dirigido, nesse sentido; e

c) - Por convocação a pedido de pelo menos um terço dos associados inscritos, para decidir sobre os assuntos da ordem de trabalhos constante do requerimento feito nesse sentido. -----

#### **Artigo Trigésimo**

----- A Assembleia Geral reúne, em primeira convocatória, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocatória, trinta minutos depois com qualquer número de associados presentes. -----

#### **Artigo Trigésimo Primeiro**

----- A Mesa da Assembleia Geral é composta por três membros efectivos, que são o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, eleita por voto directo, secreto e universal dos associados, pelo período de dois anos. -----

#### **Artigo Trigésimo Segundo**

----- O Conselho Fiscal é composto de três elementos efectivos. O Presidente, um secretário e um vogal, eleitos por dois anos, por voto directo, secreto e universal dos associados. -----

#### **Artigo Trigésimo Terceiro**

----- Compete ao Conselho Fiscal: -----

- a) - Fiscalizar a administração financeira e económica da “AKP”, devendo pôr o seu visto nos documentos contabilísticos, postos à sua disposição pelo Tesoureiro após exame; -----
- b) - Dar parecer anual, bem como sempre que o julgue conveniente ou lhe seja solicitado pelos outros corpos gerentes, emitirá parecer nas matérias da sua competência. A Direcção obrigatoriamente, terá que dar publicidade a esses pareceres, e -----
- c) - Requerer a convocação da Assembleia Geral, quando o julgue conveniente.

#### **Artigo Trigésimo Quarto**

----- O modo de actuação do Conselho Fiscal, dentro das competências definidas no artigo anterior, poderá ser objecto de regulamento próprio a elaborar pelo Conselho, e a que será dada publicidade. -----

### **CAPÍTULO QUINTO**

#### **DISPOSIÇÕES DIVERSAS, FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo Trigésimo Quinto**

----- As lacunas dos estatutos e regulamentos, serão supridas por deliberação da Assembleia Geral, com respeito pela Lei Geral em vigor, podendo, em caso de urgência e até à sua realização, a Direcção, tomar as decisões que entender, com base nas interpretações que fizer dos estatutos, regulamentos e da lei, submetendo-as à apreciação da Assembleia Geral posteriormente. -----

#### **Artigo Trigésimo Sexto**

-----A extinção definitiva da “AKP”, quando não seja para efeito de transformação noutra associação de fins e objectivos idênticos, só poderá resultar de uma Assembleia Geral extraordinária convocada expressamente para o efeito, que só pode deliberar validamente nos termos da lei -----

#### **Artigo Trigésimo Sétimo**

-----1. Em caso de extinção definitiva, a liquidação dos bens da Associação será feita por uma Comissão Liquidatária, expressamente eleita para o efeito na Assembleia Geral referida no artigo anterior, com um número de elementos não inferiores a sete, e que integrará obrigatoriamente, a Direcção, o Tesoureiro e o Director Administrativo, bem como os membros da Direcção cujas assinaturas movimentem depósitos bancários da “AKP”, e os membros do Conselho Fiscal. -----

-----2. A Comissão Liquidatária procederá ao anulamento dos bens existentes e à determinação do activo e passivo da “AKP”. -----

-----3. Ressalvados os casos previstos no artigo 166.º do Código Civil, liquidado o passivo e, a existir remanescente, será o mesmo distribuído equitativamente pelos associados; se estes não o quiserem receber ou não forem encontrados para o efeito, será entregue o remanescente, gratuitamente, a qualquer entidade que promova a prática do Aikido em Portugal. -----

#### **Artigo Trigésimo Oitavo**

-----Em caso de destituição da Direcção, em Assembleia Geral, será a gestão da “AKP” assegurada, até à eleição de nova Direcção, por uma Comissão Directiva eleita nessa Assembleia Geral, com um mínimo de três elementos além dos do Conselho Fiscal. -----

#### **Artigo Trigésimo Nono**

-----O ano social coincide com o ano civil. -----

\*\*\*

*Aprovados na AG de 10 Dez/2009*

*Escritura Publica de 31 de Março/2010*